



*Plano de Desenvolvimento
Social de Almodôvar
2009/2011*

2ª Alteração ao Plano de Desenvolvimento de Social de Almodôvar, aprovado em Reunião Ordinária do CLAS (07/Jul. /2009)

Índice

0. Nota Introdutória	3
1. Riscos	
1.1. Risco 1: Exclusão nos Idosos	5
1.2. Risco 2: Exclusão nas Crianças	8
1.3. Risco 3: Exclusão nas Famílias	9
1.4. Risco 4: Desvantagens na educação e formação/qualificação	11
2. Prioridades de Intervenção	
2.1. Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças, dos idosos e das famílias, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania	13
2.2. Prioridade 2: Corrigir as desvantagens na educação e formação	20
3. Anexos	

0. Nota Introdutória

A rede social criada na sequência da Resolução do Conselho de Ministros nº197/97 de 18 de Novembro, impulsionou um trabalho de parceria alargada incidindo na planificação estratégica da intervenção local, abarcando actores sociais de diferentes naturezas e áreas de intervenção, visando contribuir para a erradicação da pobreza e exclusão social e para a promoção do desenvolvimento social local.

Para fazer face a estes fenómenos e problemas que atingem transversalmente a sociedade portuguesa, é fundamental o planeamento social, o qual se reflecte nas medidas e acções definidas nos planos nacionais, que deverão espelhar as necessidades locais. Sendo para tal, reforçado o papel das redes sociais, investindo na gestão local participada, assegurando que o planeamento e instalação de respostas e equipamentos sociais se fará progressivamente, tendo em conta a rentabilização dos recursos endógenos e a verdadeira participação das entidades locais.

Neste sentido, considerando que o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) representa um compromisso do Estado Português com a União Europeia para a promoção da inclusão na Europa, é premente a adopção dos objectivos do PNAI para os seus instrumentos de planeamento local, pelo que são excelentes instrumentos de operacionalização do Plano.

Assim, o decreto-lei nº115/2006 de 14 de Junho vem permitir uma harmonização quer nos modelos de funcionamento, quer nos processos de planeamento, apresentando-se como peças fundamentais para uma melhor distribuição dos recursos no país, permitindo também perspectivar a médio prazo, garantindo a articulação e coordenação das medidas de política social e dos programas nacionais na área social, promovendo, nomeadamente, a articulação do PNAI com o Plano de Desenvolvimento Social (PDS), e definindo periodicamente circuitos e metodologias

de trabalho a utilizar na construção do PDS e do PNAI que assegurem a articulação destes instrumentos de planeamento, conforme definido nas alíneas a) e f) do nº2 do art. 14 do referido diploma.

Deste modo, a rede social a nível local operacionaliza-se através do Conselho Local de Acção Social (CLAS) e a nível distrital através da plataforma supraconcelhia, a qual visa reflectir o PNAI, permitindo a organização dos recursos e o planeamento das respostas e equipamentos sociais.

Neste sentido, o Conselho Local de Acção Social (CLAS) de Almodôvar reuniu dia 31 de Janeiro de 2007 para aprovação da revisão do regulamento interno do CLAS à luz do decreto-lei nº115/2006 de 14 de Junho, pelo que a acção da rede social a nível local começou a ser norteadada por regras vindas da Plataforma Supraconcelhia, a qual assenta em cinco princípios fundamentais: harmonização dos diferentes instrumentos de planeamento, simplificação, quantificação das medidas, equilíbrio entre prioridades nacionais e especificidades locais, abordagem intersectorial. Propõem-se 3 pontos principais:

1. Riscos: identifica e caracteriza resumidamente as principais problemáticas do território.
2. Prioridades: sistematiza as prioridades de acção, os objectivos gerais, as medidas, os objectivos específicos, as metas, os indicadores, os responsáveis, a calendarização e os instrumentos de financiamento.
3. Anexos: integra toda a informação relevante com interesse para o conhecimento específico do território – indicadores sociais, análises swot, estudos específicos, etc.

1. Riscos

1.1. Risco 1: Exclusão nos Idosos

Característica das sociedades modernas, o envelhecimento demográfico das populações é hoje em dia, um dos fenómenos que reúne mais preocupação e sobre o qual, é imperativo reflectir para agir, sobretudo ao nível das profundas mudanças que produz nas próprias sociedades e dos impactes sociais, económicos, culturais, ambientais, que tem nos territórios. Portugal ainda não é um dos países mais envelhecidos, sobretudo, se comparado com os do Norte da Europa, mas o Alentejo, é por ventura um dos territórios europeus mais despovoados e onde os índices de envelhecimento, são superiores à média nacional: 117,9% para 111,2%, segundo dados do INE (Anuário Estatístico de 2005). E em que Almodôvar regista um de envelhecimento de 247,7% (ISS, IP – Sector de Planeamento, Qualidade e Sistemas de Informação: *Território e demografia*; Dezembro de 2007).

Se por um lado há uma redução populacional, por outro, a população que aqui permanece, está a envelhecer. As principais causas do envelhecimento demográfico são conhecidas:

- Aumento da esperança média de vida e conseqüente aumento dos efectivos nas idades mais avançadas (nas mulheres 78,7 anos, nos homens 71,4 anos);
- Declínio das taxas de fecundidade e natalidade;
- Os fenómenos migratórios, no caso do Alentejo, pela saída de jovens para as zonas litorais e para fora do país.

As pessoas idosas, segundo A. Fernandes (2001), enquadram uma categoria de indivíduos, cujas propriedades, relativamente homogêneas, são normalmente identificadas com isolamento, solidão, doença, pobreza e mesmo exclusão social. São consideradas como indivíduos isolados, em que a dimensão familiar da identidade, da existência, permanece oculta. (2001: 40).

As transformações ao nível da estruturação da família, do modelo de família alargada para a família nuclear, reduziu o espaço, outrora privilegiado, de solidariedade intergeracional que garantia a protecção aos seus membros mais velhos até ao fim da vida. Actualmente, dado os ritmos e alterações produzidas pela vida moderna (crescente participação da mulher no mercado de trabalho e vida pública; maior número de divórcios; diminuição da taxa de fecundidade; precariedade do emprego para muitos, dificuldades na obtenção de habitação adequada, etc..), a família vê-se confrontada com dificuldades para criar os próprios filhos, atenuadas ou agravadas, se do agregado familiar fizer parte uma ou mais pessoas idosas com maior ou menor grau de dependência. (Silva, 2001: 171). Por outro lado, é notável a importância dos avós, quando autónomos, para equilíbrio familiar, no acompanhamento dos netos e na execução de tarefas domésticas. Ao contrário, quando existem elementos em situações de grande dependência de saúde ou económicas, acrescem as dificuldades da família, alterando relações de solidariedade familiar, conduzindo a família a procurar respostas na rede de equipamentos sociais.

O envelhecimento é um processo gradual e contínuo que se manifesta no final da vida do ser humano e que se relaciona com o percurso pessoal e social de vida, de cada indivíduo, que não se desenvolve da mesma forma, em todas as pessoas. Enquanto uns envelhecem quase sem perda de capacidades, outros sofrem de incapacidades, deficiências e doenças. Socialmente, os factores que influenciam o envelhecimento são: a profissão exercida, o nível de instrução e as condições económicas – condições sociais de existência que podem agravar o processo de exclusão social, por via da diminuição do rendimento e conseqüentemente do acesso a bens, serviços essenciais à manutenção das condições de vida quotidianas; e dos problemas de identidade psico-social, passagem de uma vida ritmada pelas exigências do trabalho profissional, à condição de “reformado”.

“As pessoas idosas são, assim, uma categoria social muito vulnerável à precaridade económica por usufruírem reformas e pensões muito baixas, viverem muitas vezes em habitações degradadas e terem grandes despesas com a saúde. São também vulneráveis à exclusão social, pela condição de reformado, isto é, sem relação de trabalho e colegas, pela dificuldade de comunicação com as gerações mais jovens, pelo isolamento em relação à família, pela perda de autonomia física e funcional e pela dificuldade de adaptação às novas tecnologias.” (Silva; 2001: 172-173).

Segundo o Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008, a condição de reformado revela um risco de pobreza bastante mais elevado por relação aos indivíduos que estão a trabalhar, respectivamente 26% contra 13% em 2004, pelo que 38,45% da população residente no concelho é pensionista.

A perda de autonomia, o isolamento social, as más condições de habitacionais e o difícil acesso a serviços de saúde e/ou de apoio social, reforça as vulnerabilidades dos mais velhos (PNAI; 2006-2008).

Segundo indicadores do ISS, IP, o concelho apresenta 29,3% de idosos isolados em Dezembro 2007.

Neste sentido, e atendendo à dualidade orográfica do concelho, a zona serrana, constituída pelas freguesias de Gomes Aires, São Barnabé, Santa Clara-a-Nova, Santa Cruz regista 34,72% da população residente, pelo que destas, 34,30% são pessoas com 65 ou mais anos.

Neste âmbito, é necessário a criação de respostas adequadas e diversificadas à satisfação das necessidades dos idosos, pelo que se considera que a intervenção concertada e articulada dos parceiros, beneficiará a população idosa, destacando-se a intervenção da Comissão de Protecção a Idosos e Adultos Dependentes de Almodôvar (CPIADA) como contributo para a melhoria da qualidade de vida dos idosos.

1.2. Risco 2: Exclusão nas Crianças

No concelho de Almodôvar a taxa de natalidade fica abaixo da média do Alentejo situando-se nos 6,6% e 9,2% respectivamente (Anuário Estatístico da Região Alentejo 2004 do INE), sendo que a taxa de crescimento efectivo da população no Alentejo regista valores negativos (-0,22%), enquanto que a média Nacional é de 0,38%, segundo o Retrato Territorial de Portugal 2005.

Das famílias abrangidas pelo Rendimento Social de Inserção (RSI) 56% tem crianças das quais 6% são famílias alargadas, 15% famílias monoparentais e 35% famílias nucleares. Na faixa etária dos 0 aos 18 anos existem 85 beneficiários do RSI no concelho, residindo 50% destes beneficiários em pequenas localidades e montes isolados.

Na realidade do concelho de Almodôvar não se conhecem situações de abandono por parte da família, nem registo ou indicação de trabalho infantil, constata-se que 10% das crianças beneficiárias do RSI se encontram sujeitas a modelos de comportamentos desviantes o que pode afectar o seu desenvolvimento a vários níveis, nomeadamente ao nível do seu sucesso educativo e formação pessoal, cuidados de saúde e de segurança.

Como resposta a crianças em risco dos 0 aos 6 anos de idade existe uma equipa de Intervenção Precoce que acompanha 18 famílias num total de 22 crianças das quais 11 em idade de ensino pré-escolar, frequentando o mesmo todas aquelas que os pais assim o desejam, existindo serviço de transportes que cobre todo o concelho. Registam-se carências de cobertura neste momento ao nível de vagas para crianças dos 0 aos 3 anos de idade.

Tem sido preocupação dos diferentes serviços e instituições melhorar a oferta dos serviços que assegurem o bem-estar das crianças e o apoio às suas famílias nomeadamente com o prolongamento de horários, serviço de refeições e actividades de complemento curricular em todo o Concelho. Estas respostas entendem-se muito necessárias atendendo às alterações da vida familiar e seus suportes, aos novos desafios e exigências quer no mundo do trabalho e quer ao novo papel da mulher na sociedade.

1.3. Risco 3: Exclusão nas Famílias

“A pobreza e a exclusão social não se distribuem uniformemente pelo território nacional. Em 2000, a incidência de pobreza monetária regista no Alentejo 22%, “eram as zonas mais rurais que estavam sujeitas a um maior risco de pobreza, 33% face a 16% no meio rural em 2000.” (PNAI 2006-2008; 17).

“Em Portugal, as iniciativas de desenvolvimento tenderam a acentuar clivagens entre as regiões rurais periféricas e o litoral, com reflexos numa grande concentração populacional no litoral (...) e uma consequente desertificação demográfica no interior rural (...) fragilizando os territórios marcadamente rurais votados a um maior isolamento, rarefacção de investimentos produtivos, envelhecimento populacional e condições de precariedade.” (PNAI 2006-2008; 18).

O concelho apresenta] 15,30] beneficiários por 1000 habitantes do Rendimento Social de Inserção em 2005, de acordo com o Retrato Territorial de Portugal 2005, pelo que da população beneficiária 47% das pessoas tem 65 ou mais anos, seguindo-se os jovens até aos 18 anos, com 22%, predominando o sexo feminino com 53%.

No 1º semestre de 2007, por cada 100 beneficiários de Rendimento Social de Inserção do concelho, 31 são titulares com 65 ou mais anos. (Estatísticas de Segurança Social; Dezembro de 2007).

“Para que sejam eficazes no combate à pobreza, as transferências sociais monetárias devem ser acompanhadas de serviços e equipamentos que consigam dar resposta às necessidades dos indivíduos e famílias. Apesar dos esforços que se têm vindo a realizar, as respostas existentes ainda não são satisfatória (...)” (PNAI 2006-2008; 19).

De acordo com o Retrato Territorial de Portugal – 2005, o concelho em 2003 regista um ganho médio mensal entre] 600;700] euros, inferior à média nacional de > 850 euros.

A taxa de desemprego no concelho em 2005 é de 21,45%, pelo que “percebemos o quão grave é a situação e os riscos de exclusão que correm as pessoas que neles residem, por insuficiência de recursos. (...) não podem ser negligenciadas as situações de precariedade e de desprotecção que vivem as pessoas...” (Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental em 2005; 104).

1.4. Risco 4: Desvantagens na Educação e Formação/Qualificação

“O Alentejo (...) correspondente aos Territórios envelhecidos e economicamente deprimidos (...), traduzem situações (...) de fracas competências escolares e qualificações e economicamente deprimidos.” (Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental em 2005;100).

A taxa de analfabetismo em 2001 no concelho apresenta valores superiores à região Alentejo e à média nacional, com 23%, 17,1% e 9,0% respectivamente. No entanto esta taxa decrescera, segundo o estudo da Tipificação das Situações de Exclusão em Portugal Continental em 2005, que regista um valor de 18,84%.

A escolarização e as qualificações da população em geral, são elementos estruturantes fundamentais para a compreensão de fenómenos de pobreza e exclusão social e para a inclusão dos grupos sociais mais vulneráveis,

nomeadamente no que se refere à sua participação no mercado de trabalho. (PNAI 2006-2008; 24)

De acordo com o Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008, a taxa de conclusão/transição do ensino básico no ano lectivo de 2002/03 em Portugal no 1º ciclo foi de 92,4%; no 2º ciclo foi de 85,2% e no 3º ciclo representava 80,9%. A visibilidade do insucesso é mais expressiva no ensino secundário, na medida em que a taxa de transição/ conclusão foi de 66,2% em 2003/04.

Em termos de panorama concelhio no ano lectivo de 2006/07, a taxa de transição não regista grandes desigualdades face aos valores acima mencionados, pelo que no 1º ciclo regista 94,3%, no 2º ciclo 88,0%, no 3º ciclo 80,0% e no ensino secundário apresenta oscilações consoante os anos. Assim, a taxa de aprovação no 10º ano é de 67%, 11º ano com 56 % e no 12º ano com 73%, pelo que em termos globais o ensino secundário regista uma taxa de aprovação de 66%.

Outro aspecto relevante no sentido de inverter a situação actual de baixos níveis de escolarização, foi a rede de oferta de cursos profissionalizantes. A par da educação básica, a componente de educação/formação consubstanciada na aquisição de qualificações profissionais iniciais, conseqüentemente acarreta melhoria das condições de escolaridade das populações, pelo que actualmente o concelho dispõe do Centro Novas Oportunidades (CNO), o qual visa elevar a qualificação da população adulta do Concelho.

Plano de Desenvolvimento Social de Almodôvar 2009/2011



**Plano de
Desenvolvimento Social
2009 / 2011**

Prioridades de Intervenção

2.1. Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças, dos idosos e das famílias, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania

N.º	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumentos/ Fontes de Financiamento
									Início	Fim	
1.1.1.1.	Promover a melhoria das condições de vida das famílias	Rendimento Social de Inserção	Garantir que 95 % dos agregados familiares de RSI estabeleçam acordos de Inserção	% de agregados familiares com acordos de Inserção celebrados	95%	N.º de agregados familiares RSI com acordo de inserção celebrado/N.º total de agregados familiares RSI(DNC)	Segurança Social	NLIs	2009	2011	
1.1.1.2.			Garantir a presença de todos os representantes obrigatórios em 90% das reuniões realizadas anualmente	% de reuniões realizadas com a presença de todos os representantes obrigatórios	90%	N.º reuniões realizadas com todos os representantes obrigatórios/ total de reuniões realizadas	Segurança Social	NLIs	2009	2011	
1.1.1.3.			Garantir a avaliação em instrumentos próprios de 75% das Acções de cada uma das Áreas de Inserção (no final da acção ou no momento do incumprimento)	% de acções (de cada uma das áreas de inserção) sujeitas a avaliação	75%	N.º de Acções sujeitas a avaliação/ total de Acções (de todas as áreas de inserção)	Segurança Social	NLIs	2009	2011	
1.1.2.1.		Incentivo à Natalidade	Promover o incentivo à natalidade no Concelho	% de subsídios de prestação única atribuídos, sempre que ocorra o nascimento de uma criança no Concelho	100%	Nº de nascimentos / Nº de subsídios atribuídos	CMA		2009	2011	
1.1.3.1.		Almodôvar + Saudável	Sensibilizar a população para a promoção da saúde	% pessoas a aderir à iniciativa		Nº de rastreios efectuados / Nº de pessoas rastreadas e Nº de pessoas que aderiram às iniciativas	CMA / Delegação Prof. Fernando de Pádua	Centro de Saúde	2009	2011	
1.1.4.1.		Ecoponto Solidário	Apoiar 100% das famílias carenciadas que recorram ao projecto, desde que exista	% de bens atribuídos	100%	Nº de pedidos / Nº de apoios prestados	CMA		2009	2011	
1.1.5.1.		Bolsas de Estudo	Garantir a atribuição anual de pelo menos 15 bolsas de estudo a alunos do Concelho que integrem o ensino superior	% de bolsas atribuídas	15	Nº de bolsas atribuídas	CMA		2009	2011	

Prioridades de Intervenção

2.1. Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças, dos idosos e das famílias, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania

N.º	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumentos/ Fontes de Financiamento	
									Início	Fim		
1.1.6. 1.	Promover a melhoria das condições de vida das famílias	Apoio à Aquisição de Material Escolar	Garantir a todos os alunos que frequentem o 1º e 2º ciclo do ensino básico um apoio financeiro para aquisição de material escolar	% de apoios escolares atribuídos	100%	Nº de apoios atribuídos / Nº de alunos a frequentar o 1º e 2º ciclos do ensino básico	CMA	Agrupamento Vertical de Escolas	2009	2011		
1.1.7. 1.		ATL	Garantir a continuidade do serviço de actividades de tempos livres aos meninos dos 8 aos 12 anos, na sede do Concelho nos meses de Julho e Agosto	% de meninos dos 8 aos 12 anos a frequentar o serviço de ATL	90%	Nº de meninos a frequentar / Nº de inscrições	CMA		2009	2011		
1.1.8. 1.		OTL	Garantir a continuidade do serviço de ocupação de tempos livres aos jovens dos 12 aos 25 anos na sede do Concelho e nas freguesias nos meses de Julho e Agosto, mediante apresentação e aprovação de candidatura	% de jovens integrados no serviço de OTL	100%	Nº de candidaturas aprovadas / Nº de jovens integrados no serviço	IPJ	CMA	2009	2011		
1.1.9. 1.		Voluntariado Jovem para as Florestas	Garantir a continuidade do voluntariado jovem para as florestas nos meses de Julho a Setembro, para indivíduos com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos	% de jovens integrados no voluntariado jovem para as florestas	100%	Nº de candidaturas aprovadas / Nº de jovens integrados na medida	IPJ	CMA	2009	2011		
1.1.1 0.1				Dar apoio a 100% das famílias sinalizadas anualmente	% de famílias apoiadas	100%	Nº de famílias sinalizadas / Nº de famílias apoiadas	CMA	NLI		2011	
1.1.1 0.2.			Apoio Familiar e Aconselhamento Parental	Apoio psicopedagógico a 80% das crianças com problemáticas identificadas anualmente	% de crianças apoiadas	80%	Nº de crianças apoiadas por ano / Nº de crianças sinalizadas	CMA	Agrupamento Vertical de Escolas	2009	2011	
1.1.1 1.1.			Apoio e Aconselhamento a Famílias Sobreendividadas	Garantir a realização de sessão de informação no Concelho	Nº de sessões de informação realizadas	1	Realização de Sessões de Esclarecimento (Sim/Não)	CLAS	DECO (GAS) GOEC (DGC)	2009	2011	MEI

Prioridades de Intervenção

2.1. Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças, dos idosos e das famílias, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania

N.º	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumentos/ Fontes de Financiamento
									Início	Fim	
1.1.1 2.1.	Promover a melhoria das condições de vida das famílias	Porta 65 Jovem	Garantir a realização de sessão de informação sobre a Porta 65 Jovem no Concelho	N.º de sessões de informação realizadas	13	Realização de Sessões de Esclarecimento (Sim/Não)	IPJ	IHRU	2009	2011	
1.1.1 3.1.		Programa de Realização de Obras em Habitações de Individuos e Agregados Familiares Mais Desfavorecidos	Garantir a beneficiação / reparação anual de pelo menos 20 habitações de individuos e/ou agregados familiares mais desfavorecidos	N.º de candidaturas apresentadas	20	N.º de candidaturas apresentadas / N.º de candidaturas aprovadas	CMA		2009	2011	
1.1.1 4.1.		SOLARH	Promover a divulgação do programa e garantir a instrução das candidaturas	N.º de ações de sensibilização por freguesia	8	N.º de acções de sensibilização / N.º de freguesias	CMA	IHRU	2009	2011	
1.2.1.1	Reforçar a protecção de crianças e jovens	CPCJ	Garantir a constituição de CPCJ no Concelho	Criação da comissão de protecção de crianças e jovens	1	Existência de CPCJ (Sim/Não)	CMA	Parceiros Locais	2009	2010	MTSS
1.4.1.1	Ajustar o ensino e as escolas através de programas específicos às necessidades das famílias	Programa de Generalização e Fornecimento de Refeições aos alunos do 1.º Ciclo do ensino Básico	Garantir que 100% das escolas do 1.º Ciclo do E.B. disponibilizem diariamente a todas as crianças (que o solicitem) uma refeição escolar	N.º de alunos a solicitar o serviço de refeições escolares	100%	N.º Escolas do 1.º Ciclo do E.B. que disponibilizam diariamente refeição escolar / N.º total de Escolas do 1.º Ciclo do E.B.	DREA	CMA	2009	2011	ME
1.4.2.1		Serviço de Apoio à Família no Âmbito do Pré-Escolar	Garantir o serviço de apoio de apoio à família (almoço + prolongamento de horário) a todas as que necessitem	N.º de meninos a solicitar o serviço de apoio à família	100%	N.º de meninos a beneficiar do serviço / N.º de solicitações devidamente justificadas da necessidade do serviço	CMA	Agrupamento Vertical de Escolas / DREA / Parceiros Locais	2009	2011	

Prioridades de Intervenção

2.1. Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças, dos idosos e das famílias, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania

N.º	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumentos/ Fontes de Financiamento
									Início	Fim	
1.5.1.1.	Reforçar a rede de equipamentos e serviços sociais de apoio	Alargamento do Horário das Creches	Garantir que as Creches que o solicitem beneficiam de apoio complementar para alargamento do horário	N.º de Creches que solicitam apoio complementar para alargamento do horário/N.º de Creches que beneficiavam de apoio complementar para alargamento do horário	100%	N.º de Creches que solicitam apoio complementar para alargamento do horário N.º de Creches que beneficiavam de apoio complementar para alargamento do horário	MTSS	DREA	2009	2011	MTSS
1.6.1.1.		Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais	Aumentar a capacidade existente nos Equipamentos Sociais da respectiva Rede, em relação a 2007	% de variação da capacidade das Creches/Creches Familiares(capacidade actual/capacidade em 2007)-1	10%	Capacidade das Creches a partir de 2007 (capacidade actual: 1184 - Fonte: Carta Social 2007)	Instituições Locais	Segurança Social	2009	2011	Programa PARES Privados POPH
1.6.1.2.				Nº de lugares em Centros de Dia	20	Capacidade dos Centros de Dia a partir de 2007 (capacidade actual: 1406 - Fonte: Carta Social 2007)					
1.6.1.3.				Nº de lugares em Serviço de Apoio Domiciliário	50	Capacidade do Serviço de Apoio Domiciliário a partir de 2007 (capacidade actual: 2607 - Fonte: Carta Social 2007)					
1.6.1.4.				Nº de lugares em Lares de Idosos	24	Capacidade dos Lares de Idosos a partir de 2007 (capacidade actual: 2525 - Fonte: Carta Social 2007)					
				Nº de lugares em Lar Residencial	10	Nº de lugares criados em lar residencial	Cercicoa				
				Nº de Lugares em CAO	10	Nº de lugares criados em CAO					
1.7.1.1.		Intervenção Precoce	Garantir a continuidade da intervenção da equipa de intervenção precoce em todo o Concelho	% de situações sinalizadas do Concelho	100%	Nº de casos sinalizados / Nº de casos acompanhados	Cercicoa	DREA/Agrupamento Vertical de Escolas de Almodôvar e Ourique/ARS/Centro de Saúde de Almodôvar e Ourique / Seg. Social	2009	2011	MTSS/MS/ME
1.8.1.1.		Ajudas Técnicas	Garantir a continuidade do apoio de material ortopédico à comunidade	% de solicitações de material ortopédico	95%	Nº de solicitações / Nº de apoios prestados	A. H. dos Dadores de	CMA	2009	2011	
1.9.1.1.		Qualidade das Respostas Sociais	Garantir o envolvimento anual de pelo menos 3 Instituições no processo de formação e consultadoria para a qualidade	Nº de Instituições abrangidas	3	Nº de Instituições em processo de formação e consultadoria para a qualidade	Fenacerci/MinhaTerra/CPCCR D /Q3/ Reapn/ Arquimedes		2009	2011	OREN
1.10.1.1.	Programa de requalificação e de segurança de equipamentos sociais	Garantir a requalificação de equipamentos sociais. (equipamentos antigos, cujas condições físicas estão deterioradas ou ultrapassadas face às novas regras de construção e segurança)	N.º de Equipamentos Requalificados	1	N.º de Equipamentos Requalificados	IPSS	Segurança Social	2009	2011	MTSS MASES	
1.11.1.1.	Rede de Cuidados Continuados Integrados	Avaliar a possibilidade de criação da resposta no Concelho	Nº de instituições do Concelho	1	Nº de respostas criadas	ARSA e Segurança Social	ARSA e Segurança Social	2009	2011	MS MTSS	
1.11.1.2.											

Prioridades de Intervenção

2.1. Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças, dos idosos e das famílias, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania

N.º	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumentos/ Fontes de Financiamento	
									Início	Fim		
1.12. 1.1.	Melhorar o rendimento das famílias mais fragilizadas	Complemento Solidário para Idosos	Garantir um aumento de 50 % do n.º de beneficiários de CSI, em relação ao ano 2008.	% de aumento do n.º de beneficiários CSI	50%	(N.º de beneficiários CSI em 2011/N.º de beneficiários CSI em 2008 - 4517)- 1	Segurança Social	Parceiros Locais	2009	2011	MTSS	
1.13. 1.1.		Cartão Almodôvar Solidário	Garantir um aumento de 50% a todos os idosos a partir dos 60 anos, pensionistas por invalidez com idade inferior a 60 anos e donete crónicos e/ou dependentes, uma comparticipação de 40% para aquisição de medicamentos e outros serviços prestados pela Câmara Municipal	% de aumento do n.º de beneficiários do Cartão Almodôvar Solidário (CAS)	50%	(N.º de beneficiários CAS em 2011/N.º de beneficiários CAS em 2008)	CMA		2009	2011		
1.14. 1.1.		Mais Perto	Garantir a acção da Comissão de Protecção a Idosos e Adultos Depentes (CPIADA) no concelho e reforço das visitas domiciliárias e sensibilização à comunidade	% de aumento da acção da CPIADA	50%	N.º de processos sinalizados / N.º de processos acompanhados e N.º de visitas domiciliárias e acções de sensibilização realizadas	CPIADA	Parceiros Locais	2009	2011		
1.15. 1.1.		Séniore em Movimento	Garantir a prática desportiva aos idosos do Concelho	% de aumento do n.º de idosos a praticar actividade física	50%	(N.º de idosos a frequentar os SM em 2011/N.º de idosos a frequentar os SM em 2009)	CMA	Juntas de Freguesia	2009	2011		
1.16. 1.1.		Abono de Família Pré-Natal	Garantir a todas as mulheres grávidas, que atinjam a 13ª semana de gestação, o apoio no âmbito do Abono de Família Pré-Natal.	N.º de Titulares Abono Família Pré-Natal	100%	N.º de Titulares Abono Família Pré-Natal	Segurança Social		2009	2011	MTSS	
1.17. 1.1.		Majoração do Abono de Família para Crianças e Jovens		Abranger todas as crianças, que integram agregados com 2 ou mais filhos, pela Majoração do Abono de Família após nascimento ou integração de 2.ª criança e seguintes.	N.º de crianças abrangidas	100%	N.º de crianças abrangidas	Segurança Social		2009	2011	MTSS
1.18. 1.1.				Abranger todos os titulares inseridos em agregados familiares monoparentais pela Bonificação de Abono de Família.	N.º de titulares com prestações majoradas	100%	N.º de titulares com prestações majoradas	Segurança Social		2009	2011	MTSS

Prioridades de Intervenção

2.1. Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças, dos idosos e das famílias, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania

N.º	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumentos/ Fontes de Financiamento
									Início	Fim	
1.4.4. 1.		Subsídio Social na Maternidade, Paternidade e Adopção	Garantir rendimentos substitutivos da ausência ou perda de remuneração de trabalho, a todos os agregados familiares em situações de carência económica, no âmbito do Subsídio Social na Maternidade, Paternidade e Adopção.	N.º de Beneficiários abrangidos	100%	N.º de Beneficiários abrangidos	Segurança Social		2009	2011	MTSS
1.19. 1.1.	Melhorar o rendimento das famílias mais fragilizadas	Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral	Abranger anualmente 100% dos jovens, grávidas e idosos em condições de beneficiar do PNPSO.	N.º de Jovens abrangidos/ano	100%	N.º de Jovens abrangidos/ano	ARSA	ARSA	2009	2011	MS
				N.º de grávidas abrangidas/ano	100%	N.º de grávidas abrangidas/ano					
				N.º de Idosos abrangidos /ano(idosos com CSI)	100%	N.º de Idosos abrangidos /ano(idosos com CSI)					
1.20. 1.1.		Acção Social Escolar	Abranger todos os estudantes do ensino básico e secundário que solicitem, e se enquadrem na legislação em vigor	N.º de Alunos abrangidos	100%	N.º de Alunos abrangidos	DREA e Municípios		2009	2011	ME

Prioridades de Intervenção

2.1. Prioridade 1: Combater a pobreza das crianças, dos idosos e das famílias, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania

N.º	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumentos/ Fontes de Financiamento
									Início	Fim	
1.21. 1.1.	Melhorar o rendimento das famílias mais fragilizadas	Contratos Locais de Desenvolvimento Social	Garantir execução integral das Acções do CLDS do projecto aprovado	% de execução das Acções dos planos aprovados (Contratos locais de desenvolvimento social)	100%	N.º de Acções CLDS executadas / N.º de Acções CLDS programadas	MTSS	Autarquia	2009	2011	
1.22. 1.1.	Promover iniciativas de enfoque territorial dirigidas a grupos e territórios em risco e/ou situação de exclusão	Rede de Voluntariado	Garantir o aumento do n.º de voluntários	N.º de voluntários	10	N.º de voluntários	Núcleo de Voluntariado de Almodôvar	Parceiros Locais	2009	2010	
1.22. 2.1.			Garantir a colocação de pelo menos 3 voluntários anuais nas instituições que solicitem	N.º de instituições	3	N.º de instituições / N.º de voluntários colocados	Núcleo de Voluntariado de Almodôvar	Parceiros Locais	2009	2010	
1.22. 3.1.			Garantir a realização de acções de sensibilização para o voluntariado nas escolas de todos os concelhos	N.º concelhos com acções de sensibilização		Projectos de promoção local criados (Sim/Não)	Cáritas e Núcleo de Voluntariado de Almodôvar	Agrupamento Vertical de Almodôvar	2009	2010	
1.22. 4.1.		Rede Social	Garantir a presença de todos os representantes com poder de decisão em 90% das reuniões de CLAS realizadas anualmente	% de reuniões de CLAS realizadas com a presença dos representantes com poder de decisão	90%	N.º reuniões realizadas com os representantes com poder de decisão/ total de reuniões realizadas	CMA	CLAS	2009	2011	
1.23. 1.1.	Definir uma estratégia de intervenção ao nível do questão habitacional das Famílias Carenciadas	Famílias Carenciadas - questão habitacional	Fazer um diagnóstico s/ a situação habitacional das famílias carenciadas em cada município (2009/2010) Definir ao nível de cada município uma estratégia de intervenção no âmbito das questões habitacionais das famílias carenciadas (2010/2011)	N.º Municípios c/ estratégia definida	100%	Existência de uma estratégia municipal de intervenção ao nível da habitação (Sim/Não)	Autarquias	Seg. Social e IHRU	2010	2011	

Prioridades de Intervenção

2.2. Prioridade 2: Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação

N.º	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumento s/ Fontes de Financiamento
									Início	Fim	
2.1.1.1.	Ajustar o ensino e as escolas através de programas específicos, às necessidades das famílias	Rede de Equipamentos Pré-Escolar	Garantir que 100% das solicitações das crianças entre 3 e 5 anos, para acesso à Rede Pública de Equipamentos Pré-Escolar, sejam respondidas	% de solicitações respondidas	100%	N.º de solicitações respondidas/ N.º total de solicitações	DREA	Autarquias	2009	2011	ME
2.1.2.1.		Componente de Apoio à família	Garantir as sub-componentes de Apoio à Família no ensino pré-escolar em 100%	% de solicitações respondidas p/ sub-	100%	N.º solicitações respondidas por sub-compnente	DREA/Autarquias	DREA/Autarquias	2009	2011	
2.1.3.1.		Actividades de enriquecimento curricular	Responder a 100% das solicitações, no âmbito do enriquecimento curricular	% de solicitações respondidas	100%	N.º de solicitações respondidas	DREA	Autarquias, Agrupamentos e escolas não agrupadas, Associações de Pais e IPSS	2009	2011	ME
2.1.4.1.		Unidade de Apoio Especializado a Alunos com Multideficiência	Garantir o funcionamento da Unidade de Apoio Especializado a alunos com multideficiência	% de alunos a frequentar a unidade	100%	N.º de crianças e jovens abrangidos a frequentar o Agrupamento	DREA	CMA/Cercicoa/Centro de Saúde/ Centro de Paralisia de Beja	2009	2011	
2.2.1.1.	Reforçar o acesso à educação com vista à igualdade de oportunidades	Percurso Curriculares Alternativos	Responder a 100% das solicitações no âmbito dos percursos curriculares alternativos ou, quando não há enquadramento legal, no âmbito de respostas alternativas.	% de solicitações respondidas (por currículos alternativos + outras respostas adequadas)	100%	N.º de solicitações respondidas Total de solicitações	DREA	Agrupamentos e escolas não agrupadas	2009	2011	ME
2.2.2.1.		Cursos Educação/Formação para Jovens	Responder a 100% das solicitações no âmbito dos CEF	% de solicitações respondidas	100%	N.º de solicitações respondidas Total de solicitações	DREA	Agrupamentos e escolas não agrupadas	2009	2011	FSE
2.2.3.1.		Controlo da evolução do abandono e insucesso escolar	Reduzir em 10% por ano lectivo e por ciclo, o abandono escolar precoce dos jovens, no âmbito da escolaridade obrigatória	Taxa de abandono escolar precoce dos jovens no âmbito da escolaridade obrigatória, por ciclos de ensino	10%	N.º total de alunos que abandonaram a escolaridade obrigatória por ciclo N.º de alunos matriculados em cada ciclo na escolaridade obrigatória	DREA	agrupamentos e escolas não agrupadas	2009	2011	
2.2.3.2.			Reduzir em 10% , o insucesso escolar no ensino básico	Taxa de insucesso escolar no ensino básico	10%	N.º total de retenções no ciclo N.º total de alunos matriculados no ciclo	DREA	Agrupamentos e escolas não agrupadas	2009	2011	
2.3.1.1.	Reforçar o acesso à formação e ao emprego	Programa Ocupacional para Carenciados	Abranger anualmente 12 pessoas em Programa Ocupacional para Carenciados (medida descontinuada)	N.º de pessoas integradas em Programas Ocupacionais para Carenciados	12	N.º total de pessoas integradas em Programas Ocupacionais para Carenciados	IEFP	NLI, Seg. Social	2009	2009	IEFP
2.3.2.1.		Programa Ocupacional para Subsidiados	Abranger anualmente 23 pessoas em PO Subsidiados (medida descontinuada)	N.º de pessoas integradas em Programas Ocupacionais para Subsidiados	23	N.º total de pessoas integradas em PO Subsidiados	IEFP	Instituições locais	2009	2009	IEFP
2.3.3.1.		Contratos Emprego Inserção	Abranger anualmente 70 pessoas em CEI	N.º de pessoas integradas em CEI	70	N.º total de pessoas integradas em CEI	IEFP e Instituições locais		2009	2011	IEFP/Privados

Prioridades de Intervenção

2.2. Prioridade 2: Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação

N.º	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumento / Fontes de Financiamento
									Início	Fim	
2.3.4.1.		Contratos Emprego Inserção +	Abranger anualmente 30 pessoas em CEI +	N.º de pessoas integradas em CEI +	30	N.º total de pessoas integradas em CEI +	IEFP e Instituições locais		2009	2011	IEFP/Privados
2.3.5.1.	Reforçar o acesso à formação e ao emprego	Estágios Qualificação Emprego (EQE)	Abranger anualmente 30 pessoas em estágios qualificação emprego	Nº de pessoas integradas em EQE	30	Nº total pessoas integradas em EQE	IEFP	Instituições locais	2009	2011	IEFP / Entidades Empregadoras
2.3.6.1.		Estágios Profissionais (EPR)	Abranger anualmente 12 pessoas em estágios profissionais	Nº de pessoas integradas em EPR	12	Nº total pessoas integradas em EPR	IEFP	Instituições locais	2009	2011	IEFP / Entidades Empregadoras
2.3.7.1.		Empresas de Inserção	Abranger anualmente 13 pessoas em Empresas de Inserção	N.º de Pessoas Integradas em Empresas de Inserção	13	N.º de Pessoas Integradas em Empresas de Inserção	IEFP e Instituições locais		2009	2011	IEFP/Privados
2.3.8.1.		Formação para Pessoas com Deficiência	Abranger anualmente 2 pessoas com deficiências e incapacidades em acções de formação	N.º de pessoas com deficiências e incapacidades abrangidas	2	N.º de pessoas com deficiências e incapacidades abrangidas	Cercicoa	IEFP	2009	2011	MTSS
2.3.9.1.		Apoio à colocação e acompanhamento pós-colocação em Mercado de Trabalho	Abranger 6 pessoas por ano com deficiência e incapacidade	N.º de pessoas com deficiências e incapacidades abrangidas	6	N.º de pessoas com deficiências e incapacidades abrangidas	Cercicoa	IEFP	2009	2011	MTSS
2.3.10.1.		Quadro de Docência de educação Especial	Fixar 3 professores no Quadro de Docência de Educação Especial	N.º de novos professores no Quadro de Docência de Educação Especial	3	N.º de novos professores no Quadro de Docência de Educação Especial	DREA		2009	2011	ME
2.3.11.1.		Iniciativa Novas Oportunidades	Garantir anualmente que 10 (IEFP) pessoas obtenham uma certificação de competências escolar através de processo de R.V.C.C. (ANO)??	N.º de adultos com certificação escolar através do processo R.V.C.C. (nos CNO existentes)	10	N.º total de adultos com certificação escolar através do processo R.V.C.C.(nos CNO existentes)	CNO Almodôvar e CNO Aljustrel	IEFP	2009	2011	FSE
2.3.11.2.			Garantir anualmente que 6 (IEFP) pessoas obtenham uma certificação de competências profissional através de processo de R.V.C.C. (ANO)??	N.º de adultos com certificação profissional através do processo R.V.C.C.(nos CNO existentes)	6	N.º total de adultos com certificação profissional através do processo R.V.C.C.(nos CNO existentes)	CNO Almodôvar e CNO Aljustrel	IEFP	2009	2011	FSE
2.3.11.3.	Garantir anualmente 90 adultos em cursos profissionalizantes - nível básico e secundário (EFA + Formação Modelar) (ANO) ??		N.º de adultos em cursos profissionalizantes - nível básico e secundário (EFA + Formação Modelar	90	Número total de adultos em cursos profissionalizantes - nível básico e secundário (EFA + Formação Modelar)	MTSS/ME	IEFP	2009	2011	FSE	

Prioridades de Intervenção

2.2. Prioridade 2: Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação

N.º	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumento s/ Fontes de Financiamento
									Início	Fim	
2.4.1.1.	Promover iniciativas de enfoque territorial dirigidas a grupos e territórios em risco e/ou situação de exclusão	Micro-crédito	Garantir que no Concelho exista a divulgação do Micro-crédito	Micro-crédito divulgado no concelho		Micro-crédito divulgado nos concelhos (Sim / Não)	CLAS / Associação Nacional de Direito ao	Esdime/Parceiros Locais	2009	2011	
2.4.1.2.			Garantir a existência de uma entidade local interlocutora no concelho	Entidade local interlocutora existente no concelho	1	Entidade local interlocutora existente nos concelhos (Sim / Não)	Associação Nacional de Direito ao Crédito	Esdime	2009	2011	
2.4.1.3.		Mais Empreendedorismo	Garantir a informação a pelo menos 96 empreendedores ou possíveis empreendedores	Conhecimento e divulgação de práticas de empreendedorismo	96	N.º de acções / N.º de envolvidos		Esdime	2009	2011	
2.4.1.4.			Fundo de Apoio à Micro-empresas (FAME)	Elaboração, apresentação de candidaturas e estabelecimento de parcerias		N.º de candidaturas	CMA	BES / ADRAL - Agencia de Desenvolvimento Regional do Alentejo / LISGARANTE (Sociedade de garantia mútua)	2009	2011	
2.5.1.1.	Promover a melhoria das acessibilidades e informação	Espaços Internet	Garantir um espaço público em cada freguesia	N.º de freguesias com espaços públicos de acesso gratuito à Internet	8	N.º de freguesias com espaços públicos de acesso gratuito à Internet	Autarquias	Parceiros Locais	2008	2011	MCTES
2.5.2.1.		Programas de Generalização do Acesso a Computadores com ligação à Internet e Banda Larga	Abranger x formandos no programa e-oportunidades	N.º formandos abrangidos		N.º formandos abrangidos	ANQ		2009	2011	QREN
2.5.2.2.			Abranger 100% alunos interessados do 1º ciclo do EB inscritos no programa e-escolinha	N.º alunos interessados abrangidos N.º alunos do 1º ciclo do EB inscritos para o programa	100% das inscrições	N.º alunos do 1º ciclo do EB abrangidos	DREA	Agrupamentos e escolas não agrupadas	2009	2011	QREN
2.5.3.1.		Projectos de Infra-estruturação tecnológica das escolas	Garantir a existência de videoprojector e o acesso à Internet em 100% das salas de aula do 1º ciclo	Existência de videoprojector e o acesso à Internet em todas as salas de aula de 1º ciclo (Sim/Não)	100%	Existência de videoprojector em todas as salas de aula Existência de acesso à Internet em todas as salas de aula	DREA e Municipios	Agrupamentos e escolas não agrupadas	2009	2011	QREN
2.5.4.1.			Garantir o rácio de 2 alunos por computador ligado à Internet no ensino básico	N.º de Alunos por computador ligado à Internet	2/PC	N.º de Computadores ligados à Internet N.º total de Alunos	DREA e Municipios	Agrupamentos e escolas não agrupadas	2009	2011	QREN
2.5.5.1.	Assegurar um quadro interactivo em cada 3 salas de aula no ensino básico		N.º de quadro interactivos por sala de aula do ensino básico	3 p/ sala	N.º de quadros interactivos N.º total de salas	DREA	Agrupamentos e escolas não agrupadas	2009	2011	QREN	

Prioridades de Intervenção

2.2. Prioridade 2: Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação

N.º	Objectivo Geral	Medida	Objectivo específico	Indicador	Meta	Dados a monitorizar	Responsável	Parceiros	Cronograma		Instrumentos/ Fontes de Financiamento
									Início	Fim	
2.5.6.1.	Promover a melhoria das acessibilidades e informação	Projectos de Infra-estruturação tecnológica das escolas	Garantir que 100% dos alunos se registam no Portal da Escola	% de Alunos registados no Portal da Escola	100%	N.º Alunos registados no Portal da Escola	DREA	Agrupamentos e escolas não agrupadas	2009	2011	QREN
						N.º total de Alunos matriculados					